

*Com quantos passos
se faz uma República:
proclamações e apropriações
urbanas do Rio de Janeiro*

Pedro Felipe Marques Gomes Ferrari¹

RESUMO

O seguinte artigo visa abordar o ato proclamatório de Deodoro da Fonseca como fenômeno urbano. Reconhecendo-o como apropriações espaço-temporais da cidade, pretende-se atribuir ao ato sincrônico do general um solo diacrônico e cotidiano. Assim sendo, uma narrativa que extrapole a linearidade do percurso daquela manhã de novembro de 1889: parte-se em alteridades temporais e outros passos naqueles mesmos espaços, calçamentos. Das salvas de pólvora a marcarem o evento político no campo da Aclamação à pluralidade de experiências transcorridas à rua do Ouvidor. Desta forma, repensar a pretensa homotesia e homogeneidade do trato urbano.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, proclamação da República, rua do Ouvidor

ABSTRACT

The following article aims to address the Deodoro da Fonseca's proclamatory act as an urban phenomenon. Recognizing it as a space-time appropriation of the city, intends to attribute a diachronic soil to the general's act. Thus, a narrative that goes beyond the linearity of that November 1889 morning route: splits on other temporalities and steps on those same spaces and pavements. From the burnt powder marking the political event in the campo da Aclamação to the plurality of experiences at the Ouvidor street. Thus, rethink the alleged homogeneity of the urban tract.

Keywords: Rio de Janeiro, Republic proclamation, Ouvidor street

¹Doutorando em História pela Universidade de Brasília (UnB) sob a orientação da prof^a Dr^a Eleonora Zicari Costa de Brito.

PROCLAMAÇÃO E SINCRONIA

Eram pouco mais de nove horas da manhã daquele 15 de novembro de 1889. Na cidade do Rio de Janeiro, uma certa movimentação quebrava o ordinário do trato acerca do tecido citadino. À praça da Aclamação, no centro da malha, há cerca de uma hora uma fileira de dezesseis canhões Krupp já apontavam para o prédio do Quartel General do Império brasileiro. Unidos a um numeroso contingente militar que durante a madrugada esteve aquartelado no distante bairro de São Cristóvão, ameaçaram durante uma longa hora o Ministério Ouro Preto do visconde que então se refugiava no interior do edifício sitiado. Em seu interior, dois batalhões de infantaria, um corpo de marinheiros e uma força de bombeiros guarnecidos de uma metralhadora preparavam-se para um possível conflito.

Montado em seu cavalo, o general Deodoro da Fonseca prostrava-se à frente da entrada principal do quartel impacientado pela “atitude irresoluta do governo”. Segundo Ernesto Sena, o general, “em um movimento de ardoroso entusiasmo e não menos arrojada temeridade, penetrou no quartel passando entre as forças do Governo ali reunidas, sendo recebido com músicas e aclamações” (SENA, 1999, p. 102).

À frente do prédio, a linha de artilharia sublevada preparava sua pólvora para a salva de tiros que logo se sucederia. Abriria, enfim, um marco – sua interpretação, contudo, dar-se-ia de modo múltiplo.

A primeira descarga de munição ecoava pela praça.

Lançando raízes por entre os integrantes dos regimentos militares e os civis que ali assistiam ao episódio, a fumaça da artilharia sublinhava algo novo. Delineava um marco, uma baliza, no presente, a escrutinar discrepâncias entre o passado e o futuro.

Norbert Elias, refletindo acerca das possibilidades de abordagem sobre a temporalidade, aponta interessantes levantamentos. Caracteriza a reificação do termo “tempo” em sua forma substantiva como solo estéril à reflexão – expressões tais qual “medir o tempo” seriam redundantes; o tempo é sua própria medição. Eis que propõe modelos verbais como “temporalizar” ou “sincronizar” enquanto modo de escapar à armadilha em se “personificar abstrações” (ELIAS, 1998, p. 37). Tal artifício significaria o reconhecimento do tempo enquanto correspondência relacional entre acontecimentos: sincronizações enquanto instrumentos de concatenação, arrolamento de eventos.

À praça da Aclamação, o momento era forjado com mais uma bateria de tiros.

Em *A montanha mágica*, Thomas Mann articula diversas reflexões sobre o tempo. Hans Castorp, seu personagem, certa feita nota que “para que o tempo fosse mensurável, seria preciso que decorresse de um modo uniforme; e quem lhe garante que é mesmo assim? Para nossa consciência não o é” (MANN, 2000, p. 94).

O romance, em boa medida, é organizado em torno de tais questionamentos. Hans Castorp, reiteradamente, questiona-se acerca dos usos temporais – sincronizações – empregados a seu redor. Era então interno do Sanatório Internacional de Berghof, encravado nas montanhas, isolado não apenas espacial, mas também temporalmente por meio das práticas ordenadoras do tempo nele empregadas. Nota ele, ainda, que “o tempo nada mais era senão uma “irmã muda”, uma coluna de mercúrio totalmente desprovida de escala, para aqueles que quisessem trapacear” (Idem, p. 127).

A artilharia, no centro do Rio de Janeiro, desferia mais uma salva de tiros.

Parecia, antes de tudo, propor uma certa escala à coluna de mercúrio – a cadência da pólvora marcando a pretensão de uma estrutura granular do tempo.

Peter Galison, historiador da ciência, indica a inquietação de Einstein ao encarar o tempo enquanto fenômeno como derivada da discussão de técnicas para sincronizar relógios espacialmente distantes. O problema do tempo expandir-se-ia para a problemática do espaço: “se, por exemplo, eu digo ‘aquele trem chega aqui às sete horas’, quero dizer algo assim: ‘o pequeno ponteiro do meu relógio apontar para o sete e a chegada do trem são eventos simultâneos’” (GALISON, 2003, p. 18-9).

O cronômetro, fundando diferenças dentro do fluxo temporal, surgiria como elemento a forjar diferentes instantes. O tempo, dotado de certo caráter relacional, fundaria uma certa ordem.

Mais uma vez, a artilharia entoava seus tiros à praça.

Badalando sua pólvora, supunha um outro tempo fronteirizado àquela manhã de 15 de novembro.

Henrique Flemming caracteriza o tempo como desprovido de uma estrutura granular – diante da impossibilidade do instante seguinte, não seria fruto da cadência entre momentos. Segundo o autor, “a existência de um sentido, que distingue o futuro, presente e passado, é a chamada ‘flecha do tempo’” (FLEMMING, 2005, p. 103).

Tal nuance do trato temporal, propondo inconstâncias e diferenças, seria, enfim, marcada pelo compasso de cronômetros a sincronizarem o mundo social. Por entre aqueles que assistiam à salva de tiros desferida em frente ao Quartel General do Império brasileiro, a inquietação diante daquilo que seria uma espécie de clepsidra a, lentamente, gotejar um outro instante, tomava formas de uma pretensa “flecha do tempo”.

Mais pólvora era queimada diante da fortaleza do ministério Ouro Preto.

Alguns cronistas, identificados por Emília Viotti como positivistas, posteriormente entoariam tais baterias da artilharia como “uma decorrência natural do processo histórico” (COSTA, 1979, p. 293). Fruto de certa ordem natural, o instante forjado à praça da Aclamação seria mero reflexo do progresso a vitimar o passado em prol de expectativas futuras. Enfim, a “flecha do tempo” como algo irreversível a criar idos e vindouros segundo o desenlace temporal. A salva de tiros que ora ecoava por entre as estreitas ruas do Rio de Janeiro não seria, portanto, feito unicamente dos gatilhos acionados – era o tempo em si a sincronizar o país segundo seu próprio ritmo progressista.

Portanto, estes postulados fomentariam o entendimento e a valoração de momentos anteriores e posteriores a tal divisão. De toda forma, ignorariam a passagem, os limites e marcos definidores de diferenças. Uma vez entendido como rito a separar passados e futuros, outras questões poderiam ser levantadas ao cronômetro instalado à praça da Aclamação. Como observado por Bourdieu,

ao marcar solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social, o rito chama a atenção do observador para a passagem (daí a expressão rito de passagem) quando, na verdade, o que importa é a linha (BOURDIEU, 1998, p. 98).

Outra bateria de tiros, diante do Quartel General, reiterava a passagem temporal.

Sobre os meandros da memória, Ecléa Bosi percebe semelhante artifício. Volta sua atenção para “a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas” (BOSI, 1994, p. 415).

A memória, talhando com seus marcos, ordenaria a experiência imprimindo-lhe certos sentidos; em outras palavras, a *flecha do tempo* assim seria fundada por entre pontos a

indicarem-lhe nortes. São, enfim, reminiscências narradas – e expõem a narrativa que tecem por entre as balizas que as fronteirizam; princípios, meios, fins (Cf. Idem, p. 84-91).

No Rio de Janeiro, os estampidos da artilharia sublevada suporiam a feitura de um ponto de significação, esquadro a propor uma síntese narrativa do tempo.

Reinventando o tempo, mais estampidos podiam ser ouvidos à praça.

De toda forma, tal fronteira temporal não se daria de modo unívoco. Diferentes imagens, entre tantos centros de perspectivas ofertados pela cidade naquela manhã, surgiriam por entre a intrincada malha urbana do Rio de Janeiro.

Henrique Bernardelli, em seu óleo de 1893, suporia uma de tantas versões sobre o que a pólvora da artilharia tentava retorizar. Em sua tela, o general Deodoro e o cavalo que o ergue definem os limites da representação. O militar, à frente de suas tropas, surge impetuoso diante do Quartel General à praça da Aclamação. José Murilo de Carvalho nota certo intuito “deodorista” na obra de Bernardelli. Afinal, seu protagonista é exibido como o “grande homem vitorioso, fazedor da história” (CARVALHO, 1990, p. 40). Proclamado herói, em primeiro plano ocupa, sozinho, toda a claridade daquele manhã de novembro. Ao fundo e à sombra, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva a cavalo e Aristides Lobo a pé assistem ao ato que não lhes pertence. As margens da tela cortam alguns dos espectadores a dirigirem seus olhares ao personagem em destaque.

Ladeada pelo espaço urbano específico da praça da Aclamação, a pintura sugere uma certa apropriação discursiva do Rio de Janeiro.

Outra salva de tiros ecoava cidade adentro.

No mosaico iconográfico proposto por Bernardelli a concatenar um enredo de memória apóia-se extensa discussão acerca dos “vivas” desferidos na ocasião. Sebastião Bandeira indica “vivas” partidos das tropas e dirigidos a Deodoro (SENA, 1999, p. 143-4). Ernesto Sena aponta “vivas” à República bradados pelos propagandistas republicanos que, na representação de Bernardelli, ocupam o segundo plano (Idem, p. 111). Segundo Lilia Schwarcz, outras interpretações atribuiriam ao próprio Deodoro, barretina em punho, o “viva à República” que fortaleceria o herói como fundador do regime, em frente ao Quartel General, agitando as tropas. Contudo, a historiadora ressalva essa hipótese: o general teria, segundo ela, aclamado “vivas” ao Imperador, ato “regimental [que] significava a unificação do Exército e certa cautela com a separação” (SCHWARCZ, 1998, p. 458).

Mais uma vez, José Murilo de Carvalho lança interessantes questões sobre tais narrativas da memória. Diante da guerra de “vivas”, percebe, para além do que chama pejorativamente de *petite histoire*, modos de entender os futuros ora pretendidos a partir da construção memorial do passado. Nota que,

na luta pelo estabelecimento de uma versão oficial para o 15 de novembro, pela constituição de um panteão republicano, assim como se deu e geralmente se dá em todos os momentos de transformação política, estava embutido o conflito pela definição do novo regime (CARVALHO, 1990, p. 38).

Urgindo sentidos, os canhões Krupp descarregavam mais uma vez sua munição.

À pólvora unem-se diferentes discursos de modo a relacioná-la a tantos marcos. Para uns, o anúncio a *sincronizar* a cidade a outro tempo, republicano; para outros, a marca da deposição de um ministério imperial: como para Heitor Lyra, a postular que “só no correr do dia é que, confirmando-se em público a destituição do Ministério, se soube do carácter republicano que iam tomando os acontecimentos” (LYRA, 1940, p. 186).

Marcas de um tempo tomado enquanto prática, os brados da artilharia abriam-se em possibilidades de recepção. Uma vez lida, a pólvora seria revestida por figurações a conotarem espaços semânticos plurais. Seu texto, tomado como ato conjunto entre o emissor – a artilharia – e o receptor – a cidade pela qual seus estrondos ecoavam –, abria-se em possibilidades. Enfim, é pluralizado em um “trabalho de refiguração da experiência” (CHARTIER, 1990, p. 24) no qual a memória é posta em relevo enquanto instrumento criativo de uma narrativa.

De toda forma, o Rio de Janeiro não poderia ser entendido como organismo unicelular e coeso. É um espaço a abrigar distintas intenções e, como tal, lançaria plurais entendimentos a comporem diferentes contextos. Surgiam, pois, versões muitas vezes contraditórias a caracterizar “a nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo que a República ainda não foi capaz de reconstituir”, inquietação com a qual José Murilo de Carvalho encerra seu estudo (1990, p. 142).

Mais pólvora era queimada no centro da cidade.

Suas leituras, de toda forma, parecem norteadas por “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

No caso, conflitos imagéticos da memória entre diferentes grupos – o que Roger Chartier esmiúça enquanto “lutas de representações”. Assim sendo, seguir as pistas da circulação de tais formações discursivas significaria deparar-se com construções sociais. Propor uma cidade a confrontar-se com o novo – e que, diante da artilharia, tece memórias para além dos debates oficializadores estudados por José Murilo de Carvalho em sua guerra pela apropriação dos “vivas”.

Mais uma salva de tiros confunde as narrativas de memória.

Próximo à praça na qual se instalara tantos embates entre memorializações do ato, na rua do Riachuelo, o criado de Arthur Azevedo acordava seu patrão aos gritos.² “Fizeram a República!”, informava-lhe alarmado. Contudo, Azevedo, retrucando-o com um sonoro “ora, vá para o diabo!”, voltava-se para o lado, adormecendo novamente.

Pouco tempo depois o criado retornaria ao quarto e, mais uma vez, tentaria colocar seu patrão a par do que acontecia.

O som dos canhões fazia-se ouvir mais uma vez.

O barulho, ecoando por entre as estreitas ruas da cidade, assusta Arthur Azevedo, que logo desperta. “Que tiros são aqueles?”, interroga seu criado. A resposta, memorializando o ocorrido, tecia uma narrativa, ainda que breve: “é a guerra, patrão! Já mataram o ministro da Marinha! Fizeram a República!”.

A boataria, de algum modo, rompia as esquinas e possibilitava narrativas sobre o que então ocorria na cidade. Valendo-se de uma intrincada rede de contatos anterior ao ato sincrônico das tropas insurretas, recriava aquela manhã de novembro.

Outra descarga de munição tentava acordar o Rio de Janeiro.

“É a guerra, patrão!”, os tiros tomavam para si novas significações; “já mataram o ministro da Marinha!”. Referia-se ao barão de Ladário. Segundo Ernesto Sena, o barão teria recebido ordem de prisão de Deodoro ao chegar à praça vindo do Arsenal de Marinha. Ladário, contudo, resistira à intimação atirando contra o tenente Adolfo Peña e o próprio

² Este relato de Arthur Azevedo fora publicado, anos depois e em comemoração do aniversário da República, em *O paiz*, 17 de novembro de 1902.

general Deodoro – errara, entretanto, ambos disparos. Os insurretos, neutralizando o Ministro, feriram-no “por bala, espada e coice d’arma” (SENA, 1999, p. 101). De toda forma, não morrerá – cambaleante, fugira por entre as ruas do Rio de Janeiro. Submerge, por fim, nas esquinas cidadinas.

A versão concatenada no relato dirigido a Arthur Azevedo, entretanto, recria, funde, interpreta – ao passo que arrisca uma conclusão: “fizeram a República!”.

Seu interlocutor, tecendo uma outra memória, pondera: “não, eu não podia acreditar que houvessem feito a República, mas não tinha dúvida que alguma coisa de extraordinário se passava”.

O extraordinário era exposto por mais pólvora a ecoar pelas ruas.

A marca temporal proposta pela salva de tiros é esquatejada em diferentes sentidos possíveis. Na cidade, o ato sincrônico laiciza-se; é, enfim, exposto a redes de contato diacronicamente arquitetadas entre seus habitantes. E, assim, refaz-se em outros sentidos diante da capacidade criadora da recepção.

Arthur Azevedo, depois de um breve banho, corre à rua em busca de outras notícias – ou versões. Parece, então, tentar ativar uma cadeia de contatos que lhe era familiar. Logo o jornalista Carlos Bernardino de Moura, com o qual estava de relações rompidas, aproxima-se apressado. Questiona-o sobre uma possível confirmação dos boatos que ouvira; “é certo que a República foi proclamada? Pergunta elle”. Arthur Azevedo, contudo, reitera a incerteza perante a manhã que não se resolve – “assim me disseram, respondi eu, mas não sei nada...”

Ao que, por fim, afastam-se. Carlos de Moura segue, apressado, rua adentro em busca de outros testemunhos que se pretendam mais definitivos. Em seu relato, Azevedo desabafa que “julguei que o 15 de novembro nos houvesse reconciliado um com o outro; mas, quando, alguns dias depois, o encontrei de novo, não me falou”.

Em uma intriga urbana de contatos, o ato momentâneo militar era então territorializado: seus sentidos políticos nutriam-se dos encontros esbarrados nas ruas cariocas.

Por entre tais nuances urbanas que Machado de Assis soergue *Esau e Jacó*. Aires, que estava ao Passeio Público àquela altura da manhã, nota “que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama” (ASSIS, 1978, cap. LX).

Ao contrário, conversavam animadamente. Por entre frases, ouve assuntos sobre Deodoro, batalhões, campo, ministério. Suspeitando de algo, segue até o largo da Carioca.

A poucas esquinas dali, os canhões vomitavam mais pólvora.

“Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho”, mas, esclarece, “nenhuma notícia clara nem completa” (Idem, Ibidem).

Em sua condução, o cocheiro lhe esmiúça mais uma versão do ocorrido: “falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O Imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra” (Idem, Ibidem).

O condutor, pondo-lhe a par de um passageiro que a pouco teria pego seu *tilbury*, caminha em meandros tortuosos da memória:

A princípio pensei que tinha sangue nos dedos, mas reparei e vi que era barro; com certeza, vinha de descer algum muro. Mas, pensando bem, creio que era sangue; barro não tem aquela cor. A verdade é que ele pagou o dobro da viagem, e com razão, porque a cidade não está segura, e a gente corre grande risco levando pessoas de um lado para o outro (Idem, Ibidem).

Recordações, tomadas de assalto pelo fluir das ruas da cidade, a engendram histórias distintas sobre as primeiras horas daquela manhã. Considerá-las, contudo, como meramente inauguradas ao som dos estampidos da artilharia disposta à frente do Quartel General poderia conduzir a equívocos.

Os estampidos, contudo, mais uma vez ressoavam pelas ruas da cidade.

Arthur Azevedo fora acordado por seu criado – relação possibilitada por outras vivências àquelas de 15 de novembro de 1889. Desculpando sua primeira reação de indiferença ao alarde do empregado, narra-o como um “verdadeiro *typo* de Jocrisse. Outro qualquer indivíduo que me arrancasse nos braços de Morpheu, dizendo-me que estava feita a República, seria, talvez, tomado a sério”.

Ao contrário, enfim, daquele que então o despertava, qualificado por Azevedo como “estúpido”. Justificando-se, relata que seu criado já o “havia acostumado aos seus contínuos disparates” – remetendo-se a um fundo diacrônico de modo a tornar inteligível seu ato sincrônico, ergue sua narrativa.

Outra salva de tiros reafirma a interrupção do cotidiano.

Tal relação dialética entre temporalidades pretensamente distintas repete-se em todo seu relato. Os tiros soavam ao empregado de Arthur Azevedo como indícios de guerra; para o autor, representavam “alguma coisa de extraordinário [que] se passava”. Se, como notado por Eleonora Zicari sobre a construção historiográfica, “os textos são o único contexto a que temos acesso” (2003, p. 19), tais narradores cariocas, em suas memorializações dos tiros à praça da Aclamação, valem-se de instrumentos semelhantes. Indicam compreensões que, baseadas em textos – de naturezas variadas – com os quais entraram diacronicamente em contato, multiplicam tantos contextos sobre o ocorrido.

É, contudo, à rua que Azevedo segue no enalço de outro horizonte textual a compor-lhe aquela manhã de novembro. Alçando espaços, territorializa a si e sua memória.

A cidade, revelando-lhe de modo fragmentário o fluxo de boatos, sugere construções do social. É por entre suas esquinas que encontra interlocutores, como Carlos Bernardino. O acaso de encontros sincrônicos, de toda forma, apontam para outros tempos – conheciam-se de longa data e, apesar de estarem de relações rompidas, o trato diacrônico aproxima-os em interrogações mútuas.

Outra carga de munição é estourada.

A retórica da pólvora, portanto, parece dispor de uma gama de possibilidades da circulação de tantos diferentes discursos.

Sobre este solo de verossimilhança que o romance de Machado de Assis é calcado.

Aires, contemplando conversas truncadas por entre as calçadas do Passeio Público, ergue uma prática sobre o espaço de modo a escrutinar outros detalhes: segue ao largo da Carioca. Como buscando território, arrisca estruturas possíveis do convívio. Colocando-se entre margens sociais – posto que também relativas ao espaço – diacronicamente familiares, segue à procura de textos que possibilitem-no a articulação de um contexto seguro.

Pois é exatamente no exemplo latente de tal circulação, o *tilbury* do transporte citadino, que encontra o relato que mais lhe despertara a curiosidade: a narrativa tortuosa do cocheiro. Eis que o espaço, desdobrando-se generativamente por entre tantos trajetos, desvela sinais da apropriação do tempo inferidas da pólvora queimada à praça da Aclamação.

Os canhões, mais uma vez, reiteravam seu marco.

A extensa discussão acerca do mito fundacional orbita em torno de tais espaços citadinos. Dos franzidos da memória, ao ato político – mera deposição do Ministério ou proclamação de novo regime – é sublinhado pela praça da Aclamação.

Mesmo na tela de Henrique Bernardelli o espaço apóia a exaltação de Deodoro. Ao fundo, a arquitetura compõe a representação do herói: seus arcos circundam a cabeça do militar emoldurando seu olhar altivo – atitude que, serenizando-o, funda a diferença em relação aos personagens ocupantes da sombra, ao fundo.

O espaço, assim, é apropriado como coroador do general.

O fundo diacrônico da praça, contudo, seria refigurado posteriormente: no novo regime a praça da Aclamação seria renomeada como “da República”. Seu antigo nome remeteria a outros tempos: evocar-se-ia como palco da coroação de D. Pedro I em 12 de outubro de 1822 e de seu filho, D. Pedro II, em 1841. Por meio do nome, a alteridade fazer-se-ia presente.

Redefinindo papéis urbanos, mais pólvora era queimada pelos canhões.

Os estampidos, além de marcos temporais da memória, criariam diferenças a revestirem o próprio espaço citadino. Fomentariam a criação de uma alteridade em relação a um passado, segundo o proposto, vencido.

A praça, ignorada enquanto espaço da aclamação do regime já deposto, em um jogo de sincronizações distintas é reinventada. Não apenas tempos e balizas são substituídos, mas também heróis, coroas e nomenclaturas. Seria, assim, a praça da República.

Ao calor da sincronia da anunciação temporal, os boatos incendiavam a cidade, atônita, que despertava da noite anterior.

A aglomeração em frente ao Quartel General, então, aos poucos seguia tecido urbano adentro. Seu destino é o Arsenal de Marinha, mas em seu entreato o cortejo desfilaria por ruas, venceria esquinas e exhibir-se-ia por entre fragmentos espaciais do Rio de Janeiro.

Se à praça – da Aclamação ou da República – a sincronia do ato marcava um outro tempo, como muitos interpretariam, a relação espaço-temporal então seria demarcada segundo outras cadências. Por entre as ruas o séquito dialogaria intimamente com tal passado: prostar-se-ia, enfim, diante de encontros diacronicamente tecidos como possíveis. Desvelariam-se outros personagens – como Aires ou Arthur Azevedo – a cotidianizarem a leitura do ato. A artilharia, calada, cederia lugar à cidade com a qual era posta em íntimo diálogo.

Deodoro e sua comitiva então aprofundavam-se no espaço, tomando algumas ruas e largos. Deste submergir, acaba por tornar o gesto proclamatório sincônico em um movimento diacrônico – afinal, dialoga com experiências urbanas que remontariam a muito antes daquele novembro de 1889.

Ao alinhar o calçamento urbano, configura uma rapsódia que não se esgota em seus passos; credita-os a tantos outros sujeitos e trajetos cotidianos, muito diferentes daquele ato extraordinário ao dia-a-dia carioca.

E dobra a esquina – logo chegará à rua do Ouvidor.

TRÂNSITOS E DIACRONIAS

Mikhail Bakhtin, no âmbito da Teoria Literária, nota não apenas no espaço o papel primeiro de articulações de enredos, mas também no tempo. Para o autor, por meio de tal articulação seriam propostas tramas e determinadas ordenações da narrativa. Reconhecendo que “tudo o que é estático-espacial não deve ser descrito de modo estático, mas deve ser incluído na série temporal dos acontecimentos” (BAKHTIN, 1990, p. 356), a intriga ganharia forma segundo a “interligação das relações temporais e espaciais” (Idem, p. 211). A este recurso chama *cronotopo*, uma síntese espaço-temporal.

O trânsito de Deodoro Rio de Janeiro adentro enuncia a cidade de modo semelhante. Traça um enredo alinhavado pelo galope de sua montaria. Ao alcançar a rua do Ouvidor, integra-a a um projeto de apropriação urbana – e política. Através de alocações, o burburinho desta rua aponta outros espaços – e tempos. Diferentes experiências diante da cidade possibilitam-na enquanto *cronotopo*.

Fora, para Ina Von Binzer, um Natal especialmente melancólico aquele de 1881, oito anos antes do séquito de Deodoro Rio de Janeiro adentro. Alemã, viera ao Império brasileiro em maio em busca de alguma oportunidade. Lecionara aulas de piano particulares em uma fazenda do interior do Rio de Janeiro por meses até inícios de dezembro. O desconforto frente ao estranhamento à comida, costumes e a organização da família não raras vezes causara-lhe aborrecimentos.

No dia 17 de setembro, em correspondência enviada à Alemanha, descreve a si mesma como “tão só, tão indescritivelmente solitária!” (BINZER, 1956, p. 48). Confessa que “tudo isso começa a me enervar demais. As dores nevrálgicas continuam, menos fortes, graças a

Deus, mas tenho tido enxaqueca muitas vezes, o que atribuo ao barulho e à falta de conforto da casa”.

Naquele mesmo dia, enquanto lecionava música à jovem Leonila no veterano e acanhado piano de caixa do quarto de trabalho, a casa subvertia-se em uma balbúrdia tal “como se o ‘Old Gentleman’ [o Demônio] ali se divertisse”. Tudo por causa de um inesperado ataque de camundongos na despensa que fez com que D. Alfonsina, dona da fazenda, ordenasse a três escravos para que esvaziassem tudo o que por lá cobria as paredes. Assim, o pequeno cômodo onde Ina lecionava logo se encheu de caixas, barris, sacos. Ordens de D. Alfonsina, máquinas de costura, papagaios, choros de crianças, tudo se confundia com o “un, deux, trois” da alemã e os erros de Leonina no velho piano já desafinado. Eis que, por trás das barricadas armadas no quarto surge uma menina que aprendia a ler com D. Gabriela soletrando seu monótono “b-a, bá, b-e, bé, b-i, bí”. A cena era insuportável para a alemã. Remetia-se a outras práticas, estranhas àqueles hábitos tropicais, ao “habitar o mundo da memória, espaço em que nos reconhecemos no já-registrado, mas que se abre ao que nos acontece e surpreende”, como posto por Edwiges Zaccur (2003, p. 179). Enfim, é impedida de replicar a trama cotidiana que a viajante alemã esperava usufruir. Todo o desenrolar que, aos olhos dos donos da casa, transcorria de modo cotidiano, para Ina Von Binzer era apresentado como um exotismo estorvante.

Certa feita, já nas últimas semanas do ano, em carta enviada à amiga Grete, confidente sempre presente – apesar de na distante Alemanha. Queixa-se estar adoentada por uma “detestável febre palúrica que, aliada ao cansaço excessivo que me causa este emprego principalmente devido às lições de música, me deixou pedagogicamente inutilizada” (BINZER, 1956, p. 54).

E, naquele 3 de dezembro, seu aniversário, decidira ir à Corte “consultar um médico”, como dito ao final de sua carta. Eis que, hospedada no Hotel Carson, à rua do Catete, passaria o restante do mês na “cidade colorida e barulhenta” do Rio de Janeiro.

Na noite de natal volta a escrever à sua amiga Grete. Conta “como acho estranho estar longe de minha terra e ach! Grete, como é triste” (Idem. p. 55). Distante de sua Alemanha, a cidade em nada lembrava a data. Imagina que “talvez algumas famílias alemãs desta cidade tropical enfeitem alguma exótica árvore de Natal, (nossos pinheiros não existem por aqui) mas não verei brilhar nenhuma delas”.

Anônima, imergia em uma cidade desconhecida. Os Klein, família alemã que conhecera alguns dias antes, recebera-a “tão friamente que lá não voltarei mais”, conta. Refugia-se, então, em seu quarto no Hotel Carson naquela véspera de Natal. Sozinha, escreve para sua amiga tão distante como para enganar seu isolamento.

Com as janelas de seu quarto escancaradas, queixa-se do ar quente e úmido a invadir-lhe os aposentos. “Na moldura da janela lateral destacam-se as palmeiras do corcovado” sob o céu que, aos poucos, escurece. De seu hotel, admira, à distância, a beleza da baía de Guanabara.

Entretanto, a cidade que se descortina mais próxima, viva e pulsante sob sua janela, evoca-lhe outras impressões. “Como seriam poéticas certas impressões aqui, se fosse possível goza-las em paz!”, desabafa. Presenciando a cadência urbana do Rio de Janeiro de fins dos oitocentos, registra o fluxo citadino daquela rua ligeiramente ao sul do centro. Incomoda-lhe, em especial, o constante barulho que ecoa por entre as estreitas ruas. Em fevereiro próximo, após breve estadia na pacata Petrópolis por recomendação médica “muito descontente com o estado de meus nervos esgotados”, Binzer encher-se-ia de novo ânimo: seria, enfim, contratada por um colégio interno da Corte. Lecionaria aulas de alemão a seus jovens alunos. Mas no natal de 1881 nada daquilo ainda fora descortinado à alemã. Restava-lhe ficar “sozinha, num quarto de hotel, pensando em vocês, meus queridos, com inacreditáveis saudades de todos e de nossa cara e linda Alemanha!” (Idem. p. 55).

Tenta, enfim, aproximar-se ao que lhe é familiar. Os pronomes possessivos, repetidos de modo insistente nas suas cartas, indicam para o incômodo entre a alteridade à rua e os “nossos” costumes, a ligarem-lhe à amiga.

Sua janela, assustadoramente próxima, não a permite. De seu quarto, em silêncio procura remeter-se a espaços tão distantes. À rua, “vendedores de água, vendedores de jornal, [...] vendedores de balas, cigarros, de sorvetes; italianos apregoando peixe; realejos e outros instrumentos”. Incomoda-a todo o barulho daquela cidade à qual, “em comparação, a estadia em Berlim é como se fosse num lugar de veraneio para acalmar os nervos; nem Londres achei tão ruidosa!”.

Apela, por meio da memória, a modos de compreender todo o vozerio e a cidade que lhe atormenta. Remete-se a balizas, escalas dispostas de modo a, pretensamente, mensurar as estranhas ruas que circundam seu quarto de hotel. Enquadra, escalona, confere sentidos. Como na fazenda no interior do Rio de Janeiro, entre papagaios, barris e máquinas de costuras

a atormentarem-lhe os nervos, na Corte todo o desenrolar cotidiano é apresentado por Ina Von Binzer como dotado de profundo exotismo. É, enfim, impedida mais uma vez pela cidade de reiterar, “processo realimentador a partir do que se repete” (Zaccur, 2003, p. 180), seus fazeres habituais. E incomoda-se.

Queixa-se de que “os pretos desocupados não se encontram senão na porta da rua fumando e cuspidando; as crianças rolam na rua de manhã à noite” (BINZER, 1956, p. 56). Afinal, “toda esta gente, a começar pelos pretos adultos, possuem vozes estentóricas que fazem a gente estremecer quando por acaso nos aproximamos deles”.

Em um sobressalto, imersa na experiência urbana, coloca-se em relação a outras histórias a desfilarem próximas às sua janela.

O *Almanak Laemmert*, guia do comércio e serviços cariocas, elucida certa vivência à rua do Catete onde Ina hospedara-se. Naquele ano registra, por entre as barulhentas ruas que circundam o Hotel Carson, uma grande concentração de tabernas e armazéns de secos e molhados. A estes tipos comerciais referia-se Ina Von Binzer, ao notar comerciantes que “postam-se na porta da rua quando não há freguesia, tagarelando com quem passa; quando o sol permite, cada sacada e cada janela fica ocupada por basbaques ociosos”.

O Catete, entre cortiços, estalagens e tipos comerciais muito específicos, sugere determinados rótulos, objetivos frente à malha urbana.

Há, pois, uma certa movimentação em suas ruas executada por aqueles que se resumem por suas esquinas; trabalho, armazéns, residências.

Mas não apenas o ruído dos que ficam perambulando pelas proximidades atormentava os nervos da alemã à véspera do Natal. Outros usos são registrados na correspondência enviada a Grete: nota que

passam com estrondo os bondes de burro, tocando repetidamente os sinais de alarme; pequenos carros ingleses de um só assento denominados tílburis estrepitosamente correm a galope sobre o mais horrível dos calçamentos que você possa imaginar. Os cavaleiros também tocam sem piedade seus cavalos a galope e diversas vezes nestes últimos dias, cheguei à janela pensando que algum animal tivesse disparado.

Por outros interlocutores espaciais as ruas próximas ao hotel de Ina Von Binzer são apropriadas enquanto passagem; outros objetivos acerca da malha urbana poderiam ser notados.

As diferenças entre os que cruzam a janela da feita alemã em pleno solo tropical e aqueles que permanecem nos arredores, estancados entre esquinas, parecem, contudo, extrapolar os meros anseios espaciais.

Machado de Assis, em crônica de 1º de outubro de 1876, escreve umas poucas linhas sobre a rua das Laranjeiras, nas proximidades do Hotel Carson, a desembocar na rua do Catete: “parece que começa a ser calçada... dou-lhe em cem, dou-lhe em mil... a rua das Laranjeiras... mas silêncio! Isto não é assunto de interesse geral” (ASSIS, 2003, p. 69). E cessa sua breve nota.

De toda forma, certa ironia pode ser arriscada caso remeter este texto a outros do autor.

Em sua crônica imediatamente anterior, de 15 de agosto do mesmo ano, comenta a constatação do recenseamento de que apenas 30% da população seria alfabetizada. Conclui que “a opinião pública é uma metáfora de base; há só a opinião dos 30%” (Idem. p. 63). Assim sendo, o ausente “interesse geral” de seu público leitor sobre o calçamento da tímida rua das Laranjeiras estaria restrito a tais 30%. Porcentagem esta que, sobre aquelas paragens, nutrem outros anseios àqueles vistos às portas comerciais por Ina Von Binzer. Para eles, o Catete é reduzido a fragmento de um trajeto, a rua das Laranjeiras restrita a um breve relance da janela de tálburis. Locais a ligarem passantes ao encaço de distintos objetivos espaciais, rótulos.

Os bondes de burro, apressados, conectavam o centro citadino aos bairros mais ao sul, como Botafogo.

A interpolação definitiva entre tais espaços dá-se apenas em 1868, ano de fundação da *Companhia Jardim Botânico* de transporte. A cidade, enfim, abrir-se-ia a fluxos mais intensos. “A Jardim Botânico, por mais de 20 anos, partia da Ouvidor, esquina da Gonçalves Dias” (COARACY, 1988, p. 135).

Alimentava de rostos a rua pela qual, anos depois, Deodoro guiaria sua comitiva proclamatória. Diacronicamente, o cortejo republicano que logo coseria a cidade parece depender da malha – e dos tantos usos que dela são feitos.

Ocupando este transporte urbano a cindir a cidade – e atormentar os nervos de Ina Von Binzer – o jovem José Bevilacqua enredava diferentes espaços. Vindo do Ceará, chegara à corte em outubro de 1879. Viera à cidade, após sentar praça no Exército, estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, sua oportunidade de ingressar em curso superior, dada sua origem.

Com seus 16 anos, deslumbrava-se com o Rio de Janeiro. Em uma série de cartas escritas aos pais, conta seus passeios em Botafogo, refere-se à peça que assistira no teatro S. Pedro de Alcântara e à maravilha do fonógrafo que vira à rua do Ouvidor.

Estas impressões são exploradas segundo trajetos: a movimentação de Bevilacqua a certos espaços urbanos, em especial o centro citadino. De sua correspondência, preservada no Arquivo José Bevilacqua, no *Museu Casa de Benjamin Constant*, ecoam sentidos inferidos à cidade que então saboreava. Expressa todo seu encantamento nas cartas enviadas à família: “o Rio de Janeiro é o Brasil e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro. Tudo aqui é muito bonito”.

Espaço a fazer-lhe imaginar certa impressão de país, estava, entretanto, em boa medida afastado de seu convívio. A Escola Militar da Praia Vermelha situava-se ao sul. A interpolação de espaços urbanos tornava-se, enfim, um problema a seus alunos.

A movimentação marítima até o centro, realizada por escaleres a remo, era restrita aos professores e oficiais; Bevilacqua deveria, portanto, intentar outras estratégias.

Seguia, assim, a pé na longa caminhada até a rua da Passagem. Por ser o último ponto do transporte urbano, oferecia a possibilidade de dobra dos espaços aos passos do aluno. Em bondes puxados a burro, estrepitando no calçamento em frente ao Hotel Carson no Catete, chegando, assim, finalmente à rua do Ouvidor poderia vencer a distância e, alocutivamente, desvendar estas imagens de Brasil.

José Bevilacqua, contudo, teria outros problemas em enredar a cidade.

Logo faltara-lhe dinheiro. A quantia enviada por seus pais não basta para seus gastos: acumula dívidas. Em correspondência remetida ao filho, sua mãe aconselha não tentar “imitar os moços ricos no luxo e despesas supérfluas”. A solução parece-lhe muito simples: “as repetidas viagens de bonde, no fim do mês, perfazem uma soma crescida, e a pé gasta-se muito sapato, e para você tudo faz diferença”.

A cidade do Rio de Janeiro, por fim, fechar-se-ia aos passos de Bevilacqua.

Seu convívio, restrito aos corredores da Escola, seria revestido de certo tom pejorativo. A estes alunos chamava-se “‘laranjeiras’”, firmemente plantados, como essas

árvores, no terreno da Escola”(CASTRO, 1995, p. 37). Longe das ilhas espaciais dos *cronotopos* do centro, afasta-se também do compartilhamento das fachadas da Ouvidor para as quais logo acenaria Deodoro – não mais passaria, ruidoso, sob a janela de Ina Von Binzer.

Bevilacqua, então, passa a dedicar-se com afinco aos estudos. Em algum tempo, esta dedicação renderia frutos. Em novembro de 1884, escreve uma carta aos pais onde conta seu sucesso nas disciplinas da Escola Militar. Tornar-se-ia, devido a seu excelente aproveitamento, *alferes-aluno*. Explica que

este posto, que corresponde em tudo ao primeiro posto, isto é, a alferes de uma das armas, é um prêmio que se dá aos estudantes que são aprovados plenamente nas matérias de dois anos do Curso Superior; eles têm as mesmas vantagens que os alferes chamados ‘de patente’, e saem depois de certo tempo confirmados para uma das três armas, porém contando antiguidade da data em que saíram alferes-alunos; têm fardamento especial etc. etc.; é enfim uma promoção muito considerada no Exército, visto ser por lei e por estudos, independentemente da vontade do ministro, que no outro caso promove aos protegidos.

Ao reconhecimento de seu mérito agregava-se “um componente material importante: o pequeno soldo, de pouco mais de 3\$000 recebidos nos anos iniciais do curso, passava a ser de 70\$000, chegando a atingir 120\$000 no último ano”.

Algum tempo depois deste significativo auxílio financeiro, em maio de 1886, a mãe do já *alferes-aluno* José Bevilacqua escreve agradecendo “à Divina Providência já não mais precisares deste pequeno adjutório” que lhe enviava e que tanta falta fazia.

Seu filho, enfim, ascendia tanto profissional quanto socialmente. Agregado ao aumento do soldo, portava as divisas distintivas do cargo que ocupava. Voltava, afinal, a frequentar os espaços centrais de convívio da elite da cidade, como a rua do Ouvidor. Das janelas dos bondes puxados a burro, a Corte lhe era novamente descortinada.

Nutria o contato entre a escondida Escola Militar da Praia Vermelha e o trato cotidiano nas ruas do centro. Para tanto, o transporte urbano exerce fundamental influência: conecta, difunde, reinventa usos.

Participava de burburinhos a tomarem a confusa cena urbano-política carioca daqueles anos. Em torno de Benjamin Constant, aproximava-se à oposição republicana à monarquia. Como notado por Celso Castro, “a maioria dos assinantes dos ‘pactos de sangue’ a Benjamin Constant era de alferes-alunos ou jovens oficiais que haviam sido alferes-alunos há poucos

anos” (1995, p. 46). O próprio José Bevilacqua deixa sua assinatura em tais passagens; a possibilidade de deslocamento espacial, ao explorar alocações entre distintos interlocutores citadinos, inspira a participação a redes de influência mais largas àquelas travadas pelos chamados “laranjeiras” e seus passos restritos ao interior da Escola Militar da Praia Vermelha.

De alguma forma, ao poder interpolar os espaços cariocas, ajuda a compor a multidão a acompanhar o séquito republicano de 1889.

Todavia, não apenas alferes-alunos seguiam à Ouvidor pelo transporte urbano a cortar, ruidoso, a rua do Catete e o calçamento em frente ao Hotel Carson.

Brasil Gerson analisa os impactos da fundação, em 1868, da empresa de transportes *Companhia Jardim Botânico*. Nota que,

pouco mais tarde, entre 1870 e 1880, o loteamento de terrenos [em Botafogo] multiplicou-se no bairro e o ritmo de crescimento de sua população aumentou com a abertura de mais de dez ruas novas, tudo estimulado, sem dúvida, pelos bondes não havia muitos inaugurados (GERSON, 2000, p. 286).

Assim, o bairro, localizado ao sul do centro e da rua do Ouvidor, tal como a Escola Militar da Praia Vermelha, passaria a se relacionar intimamente com a região central da cidade: a comunicação entre estes espaços seria de vital importância ao seu crescimento.

Ina Von Binzer, meses após se incomodar com o barulho no Hotel Carson, visita Botafogo. Conta em suas cartas como

é adorável com suas vivendas dispostas como uma grinalda em torno da baía do mesmo nome, seus jardins dominados ao fundo pelo imponente ‘Corcovado’ e na frente pelo ‘Pão de Açúcar’ dentro da enseada. A magnificência das flores neste bairro onde só mora gente rica e distinta, é fascinantemente admirável! (BINZER, 1956, p. 63).

Realidade muito distinta àquela do Palácio Imperial de São Cristóvão, no lado oposto da cidade, ao norte do centro. Na opinião da alemã,

se eu fosse Imperador do Brasil, mandaria construir para mim uma vila encantadora em Botafogo, pitoresco bairro do Rio, do lado oposto e

abandonaria S. Cristóvão e sua vizinhança de matadouros e de milhares de urubus.

Todavia, ao contrário do Imperador, a elite carioca logo se mudara, ao longo da década de 1870, para Botafogo. Como em franco exílio ao burburinho do centro, encontrava sossego naquelas paragens mais afastadas. Apesar da mudança, sua relação com as ruas da intrincada malha central seria mantida; do bairro em notável crescimento, migrações pendulares seriam reforçadas ligando espaços e reiterando convívios.

Deixada para trás, a morada da família imperial em São Cristóvão afastar-se-ia da elite carioca. Esta distância espacial seria, contudo, vertida em política pela comitiva republicana da manhã de poucos anos depois, em 15 de novembro de 1889.

Juntamente a ela, uma miríade de experiências e tratos urbanos.

Maria Kohlsdorf, no encalço de uma abordagem sobre a paisagem urbana que integre a experiência daqueles que nela submergem, aponta importantes questionamentos. Sugere uma abordagem *topoceptiva* do objeto urbano, calcada nos jogos de visíveis e invisíveis entre esquinas – considera a locomoção (e a apropriação realizada pelos passos) como resultante de uma “síntese entre espaço e tempo” (KOHLSDORF, 1996, p. 77). Neste ponto, um interesse muito próximo àquele apontado por Bakhtin sobre os nós do enredo literário. Os passos de Deodoro, ao comporem uma destas topoceptividades do Rio de Janeiro, filiam-se diacronicamente. Ao cortarem a rua do Ouvidor em direção ao paço (desafiando, desta forma, a convenção sobre o sentido da via há muito estabelecido), apropriam-se destes tantos fazeres cotidianos dos passos citadinos.

Relaciona-se à ruidosa vizinhança de Ina Von Binzer, às estratégias de locomoção de Bevilacqua e aos tantos passantes que se apropriam daquele calçamento. Assim sendo, a pólvora queimada, ecoando seu estampido pela cidade, não se resume a um modelo unívoco. Posto que experiência urbana, dissolve-se em vários rostos e espantos – o súbito despertar de Arthur Azevedo ou o Aires como concebido por Machado de Assis.

Do ato militar, indícios de uma rapsódia não-linear, cadenciada pelo volume de relatos e usos espaciais.

O último dos 21 tiros da artilharia Krupp rasgava o ar. Seguia-se o silêncio de uma cidade que procurava se encontrar e atribuir sentidos. Ainda que irreduzível a uma única e homotética experiência.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora Egéria Ltda, 1978.

_____. *Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. 2ª ed. São Paulo: ed. HUCITEC, 1990.

BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: editora Anhembi, 1956.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “O campo historiográfico: entre o realismo e as representações”. In: *Revista Universitas/FACE-História*, vol I, nº 1, Brasília, 2003.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Rio de Janeiro/Libsoa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Livraria editora ciências humanas Ltda., 1979.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FLEMMING, Henrique. “O enigma espaço-tempo”. In: *Humanidades*. Brasília: ed.UnB, maio-julho/2005, nº 51

GALISON, Peter. *Einstein's clocks, Poincare's maps*. New York: W. W. Norton & company, 2003.

GARCIA, Regina Leite (org). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Vol 3: o declínio. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Trad. Herbert Caro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENA, Ernesto. *Deodoro: subsídios para a História*. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 1999.

ZACCUR, Edwiges. “Metologias aertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas”. In: GARCIA, Regina Leite (org). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.